

Rombo gigante leva Estados a criar reforma própria na Previdência

Goiás e Rio Grande do Sul desistem de esperar pela PEC paralela e antecipam mudanças

Por **Marta Watanabe** — De São Paulo

11/10/2019 05h00 · Atualizado há 6 horas



Com déficits previdenciários e orçamentários, Goiás e Rio Grande do Sul têm pressa em mudar as regras de aposentadoria de seus servidores. A ideia dos governadores dos dois Estados é mandar uma proposta de reforma previdenciária ainda este mês, para aprovação durante o primeiro ano de seus mandatos. Eles não querem esperar a aprovação da chamada PEC paralela, que estende a reforma previdenciária a Estados e municípios.

Cristiane Schmidt, secretária de Fazenda de Goiás, diz que o projeto de reforma previdenciária do Estado foi elaborado com contribuição do economista Paulo Tafner. O pacote deverá incluir uma proposta de emenda à Constituição estadual, uma lei complementar e duas leis ordinárias. Os detalhes, diz Cristiane, serão divulgados quando os projetos forem encaminhados à Assembleia Legislativa.

PUBLICIDADE



inRead invented by Teads

Segundo a secretária, a ideia é fazer mudanças no Estado alinhadas à reforma previdenciária discutida em âmbito nacional, pela PEC 6. Ao mesmo tempo, diz ela, o governo goiano quer garantir uma reforma previdenciária no Estado sem precisar depender da aprovação do Congresso. “Não sabemos quando essa reforma vai sair.”

Uma reforma previdenciária, diz Cristiane, é uma mudança estrutural importante para o reequilíbrio fiscal do Estado. Atualmente o déficit previdenciário em Goiás é de R\$ 2,9 bilhões anuais. O impacto da reforma seria de R\$ 4 bilhões em dez anos, diz ela, segundo cálculos preliminares do governo goiano.

Os Estados e municípios foram excluídos da PEC 6, a PEC “original” da reforma previdenciária, que pode ser votada ainda neste mês. Com isso, os governos regionais estão contemplados apenas na chamada PEC paralela, a PEC 133. Por essa proposta, as mudanças da reforma previdenciária aprovada em âmbito nacional se estenderiam aos Estados que aprovarem a adesão nas suas Assembleias Legislativas.

O receio, porém, é de que essa PEC não prospere. “Eu torço pela PEC paralela e trabalho por ela, mas não acredito que ela se viabilizará politicamente”, diz Eduardo Leite, governador do Rio Grande do Sul. “Mas creio que após aprovada a PEC principal da reforma previdenciária, a agenda irá mudar.” Leite lembrou que houve resistências em relação à inclusão dos Estados na reforma previdenciária e ele avalia que esse quadro não mudou. “Não quero correr o risco de chegar no ano que vem, em ano eleitoral, para perceber que a PEC paralela não será aprovada e que perdemos uma oportunidade para fazer essa reforma.”

O governador diz que enviará à Assembleia Legislativa um pacote que inclui proposta de emenda à Constituição Estadual e também um conjunto de projetos de lei. A ideia é fazer uma reforma previdenciária e ao mesmo tempo alterar o estatuto dos servidores do Estado. O pacote de medidas será enviado, diz, assim que for promulgada a PEC principal da reforma previdenciária no Congresso Nacional.

Segundo Leite, se aprovado, o conjunto de medidas terá impacto fiscal de R\$ 25 bilhões em dez anos. Do total, diz a secretária de Planejamento, Orçamento e Gestão do Estado, Leany Lemos, R\$ 14 bilhões virão do aumento de arrecadação de contribuições previdenciárias e outros R\$ 11 bilhões serão resultado da redução de despesas. O déficit previdenciário anual do Estado é de R\$ 12 bilhões.

A secretária diz que o governo gaúcho quer esperar a promulgação da reforma previdenciária da PEC original porque nessa emenda estão mudanças que darão base a algumas das alterações pretendidas pelo Estado, como a elevação das alíquotas de contribuição previdenciária. A elevação da arrecadação da contribuição,

explica Leany, acontecerá como resultado não somente da alíquota efetiva como também do aumento de base, já que, pela proposta em estudo, os inativos passarão a contribuir também na parcela que ultrapassa um salário mínimo e fica abaixo do valor do teto do benefício da aposentadoria no regime geral.

Outra medida importante, diz Leany, é o fim das incorporações. Atualmente, explica ela, essas incorporações permitem que o servidor eleve o valor de sua aposentadoria após cumprir determinado período em um cargo com remuneração maior.

Leany diz que a expectativa do governo gaúcho é aprovar o pacote de mudanças até o fim do ano. Para isso, o governador e integrantes do Poder Executivo do Estado têm se reunido com representantes de sindicatos de servidores de várias categorias. Entre as mudanças que deverão ser propostas para as carreiras dos servidores, diz Leany, está o fim de todas as progressões automáticas, o que ajudará a conter a evolução da despesa com ativos. Hoje o crescimento vegetativo da despesa de folha do Estado é de R\$ 1 bilhão anual, destaca a secretária. Ao comentar as conversas sobre reforma previdenciária e mudanças nas carreiras com os sindicatos de servidores, a secretária diz que ainda não há “convergência de opiniões”. “O que estamos falando é duro”, diz ela. Em algumas carreiras, explica a secretária, o fim das vantagens equivale a 75% da remuneração básica em algumas carreiras.

Cristiane Schmidt, da Fazenda de Goiás, destaca que uma reforma previdenciária é essencial para o ajuste de contas do Estado.

Apesar da melhora no quadro, diz ela, a proposta orçamentária do Estado para o ano que vem prevê um déficit orçamentário de R\$ 3,5 bilhões. Ela conta que em agosto conseguiu saldar pagamentos a servidores que haviam ficado pendentes da gestão anterior. Ela destaca que, além de várias medidas de corte de despesas discricionárias, o que contribuiu para que Goiás conseguisse acertar as pendências de folha foi a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que permite ao governo estadual deixar de pagar o serviço da dívida com a União.

No Rio Grande do Sul, diz Leany, a situação é semelhante. O Estado também suspendeu o pagamento do serviço da dívida com base em um liminar do STF. Desde agosto de 2017, diz a secretária, deixou de ser pago um total de R\$ 7 bilhões

em amortizações e juros da dívida. Desde janeiro, outra liminar também permite que o governo estadual deixe de pagar parte dos precatórios.

Para o ano que vem, a proposta orçamentária do governo gaúcho prevê déficit orçamentário de R\$ 5,2 bilhões, num resultado que deverá ser mais deteriorado que o deste ano. Pelas previsões atuais, o Estado do Rio Grande do Sul deve fechar o ano com déficit orçamentário de R\$ 4,4 bilhões.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

Livre-se do incômodos do ronco graças a este novo dispositivo
SILENTSNORE

LINK PATROCINADO

A melhor maneira de enviar dinheiro para seu intercâmbio.
REMESSA ONLINE

LINK PATROCINADO

Grelhe seus alimentos no fogão sem fumaça!
DESCONTALIA

LINK PATROCINADO

Guarda Municipal
16X DE 303,00 - WPOS.COM.BR

LINK PATROCINADO

O jogo mais viciante do ano!
FORGE OF EMPIRES - JOGO ONLINE GRÁTIS

LINK PATROCINADO

Sandália Anabela Tamanho Grande Numeração Especial 41 42 43
R\$ 201,80 - DOMINIODAMODA.COM.BR

Mais do Valor Econômico

IBGE apresenta nova estrutura do IPCA a partir de 2020

‘Vamos pedir sacrifício a servidores’, diz Guedes

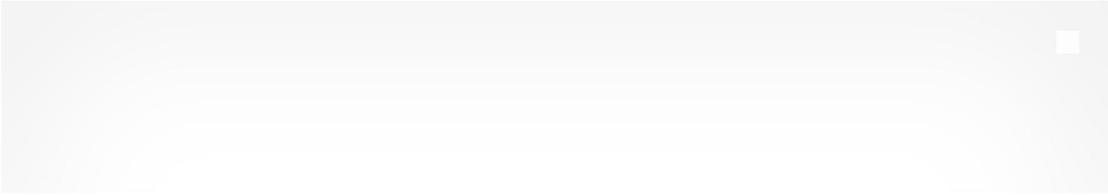
Para ministro da Economia, reforma tributária não pode ser mal feita por causa da urgência

Por Hugo Passarelli e Thais Carrança — De São Paulo

11/10/2019 05h00 · Atualizado há 6 horas

Após a aprovação definitiva da reforma da Previdência, o governo quer fazer uma ampla revisão do funcionalismo para corrigir distorções nos cargos e salários. Isso incluiria, no limite, o congelamento dos reajustes por um determinado período. “Esse sacrifício nós vamos pedir”, afirmou ontem o ministro da Economia, Paulo Guedes, durante evento em São Paulo.

Segundo o ministro, a ideia é alterar o plano de carreira para atenuar a distância dos servidores em relação a seus equivalentes no setor privado, o que seria feito por meio de uma reforma administrativa. “O sujeito que entra ganha quase o mesmo que o que recebe mais [na mesma carreira pública]. Depois de cinco, seis anos, já chegou no salário do chefe. Vamos ter que corrigir no plano de carreiras. E isso vai ser lançado agora”, afirmou.



No pacto federativo, outra reforma que está nos planos do governo, o ministro da Economia disse que a proposta é criar um conselho federal. “Todo mundo que tem capacidade de atingir com suas decisões o Orçamento público tem que estar sentado lá para examinar a cada três meses o quadro geral da União e dos entes federativos”, disse.

Se algum ente quebrar regras de responsabilidade fiscal, o conselho federal decidiria o que deve ser feito para corrigir a rota dos gastos públicos. “Trava os salários por um ou dois anos de quem está gastando 80%, 90% de tudo que recebe?”, exemplificou. “Será que é hora, então, de disparar algum gatilho que trave esses salários por um ou dois anos até ele [o ente] explicar o que ele está fazendo e começar a trabalhar no que precisa?”, questionou.

Para o ministro, a Constituição “carimbou” a maior parte do dinheiro do Orçamento, o que provocou mau funcionamento “de tudo”. “Agora, todo mundo precisa sentar e desenhar os orçamentos públicos, decidir para onde vão os recursos. Precisamos conversar a respeito”, disse, reiterando que a classe política tem de assumir responsabilidade pela alocação de recursos.

Guedes indicou que a reforma tributária virá em um segundo momento, após o encaminhamento das mudanças administrativas e do pacto federativo, e que governo ainda não tem alternativa ao imposto sobre transições financeiras, descartado pelo presidente Jair Bolsonaro. “Temos noção de que essa reforma tributária é importantíssima, mas não podemos, por urgência, fazer mal feito”, afirmou.

Segundo ele, o primeiro passo será em direção à proposta de reforma que já está na Câmara dos Deputados, com a criação de um Imposto sobre Valor Agregado (IVA) de nível federal, na expectativa de que os entes subnacionais se “acoplem” depois. “Fazendo essa iniciativa estamos dizendo que estamos prontos para acoplar. Se São Paulo, Minas, dois grandes Estados acoplarem, o Brasil todo vem junto”, afirmou.

Guedes voltou a dizer que os encargos trabalhistas são “o mais cruel” dos impostos e pediu que o setor produtivo apresente alternativas para a desoneração da folha de pagamento, agora que o imposto sobre transações financeiras saiu do rol de opções defendidas pelo governo.

“Quando falamos sobre cobrar impostos sobre transações, era trocar o cruel pelo feio. Mas não há clima, aparentemente não gostaram da ideia”, disse. “Então proponham os senhores uma alternativa para desonerar a folha, porque esse imposto é cruel demais, impede a criação de empregos e destrói a própria Previdência Social”, afirmou.

Mais cedo, na abertura do Fórum de Investimentos Brasil 2019, Guedes disse que, com as reformas pretendidas pelo governo, será possível acelerar a taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB). “O crescimento que está começando agora é sustentável. Não é uma bolha estimulada artificialmente, não é voo de galinha. É a primeira vez que a inflação desce com o crescimento reacelerando”, afirmou.

Segundo o ministro, o Brasil vinha aperfeiçoando suas instituições nos últimos anos, mas caminhava “na direção errada” do ponto de vista econômico.

“A democracia estava entorpecida pelo modelo dirigista, o mesmo que destruiu várias economias no entorno”, disse o ministro. Guedes fez o comentário ao destacar que o Banco Central (BC) caminha hoje para ser uma instituição independente.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

Livre-se do incômodos do ronco graças a este novo dispositivo

SILENTSNORE

LINK PATROCINADO

O segredo para comprar no Aliexpress

MELIUZ

LINK PATROCINADO

Decisão do STF sobre divisão de royalties independente de votação no Congresso

Supremo julga no dia 20 liminar que suspendeu as novas regras

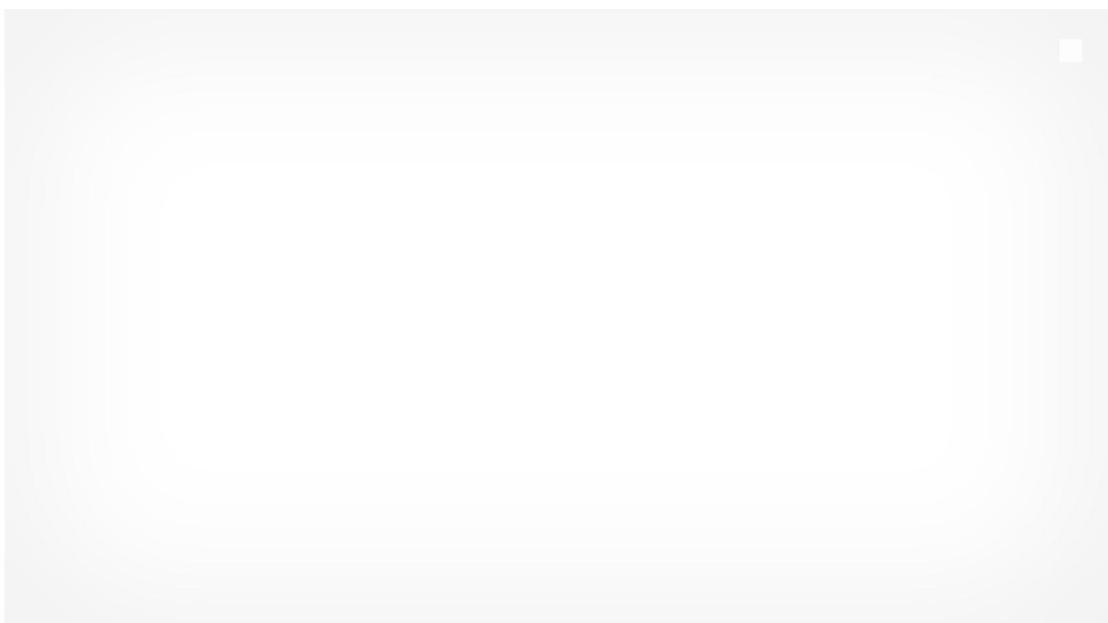
Por Luísa Martins — De Brasília

11/10/2019 05h00 · Atualizado há 6 horas

Marcado para o dia 20 de novembro, o julgamento do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a liminar que suspendeu as novas regras de divisão dos royalties do petróleo independente dos debates sobre a cessão onerosa no Congresso Nacional.

Na terça-feira, a Câmara dos Deputados aprovou o projeto de lei que destina 33% dos R\$ 106 bilhões estimados para o leilão da cessão onerosa do pré-sal para Estados e municípios. O texto segue para análise do Senado Federal, o que deve acontecer já na próxima semana.

PUBLICIDADE



O caso discutido no Legislativo é relativo a um leilão de seis campos da Bacia de Santos (Atapu, Búzios, Itapu e Sépia), um território de 1.385 metros quadrados. O certame está agendado para o dia 6 de novembro.

Já no Supremo, o objeto é mais amplo. Os ministros vão decidir se confirmam ou revogam a liminar concedida em 2013 pela ministra Cármen Lúcia (relatora) para suspender um trecho da Lei dos Royalties que tratava sobre os critérios de distribuição.

De acordo com a norma sancionada no ano anterior pela então presidente Dilma Rousseff, a lei aumentaria os recursos destinados a Estados não produtores de petróleo, reduzindo os ganhos das regiões produtoras.

Ao analisar o caso, Cármen entendeu que esse fragmento da lei causava prejuízo ao direito adquirido dos Estados produtores. Com a decisão da ministra, voltou a valer o método anterior de divisão, que favorecia essas unidades de federação.

O governo do Rio de Janeiro, um dos maiores produtores de petróleo do Brasil, aguarda um retorno de Cármen Lúcia sobre um pedido de protelação do julgamento. Na quarta, o governador Wilson Witzel solicitou ao STF que não analise o caso pelo menos nos próximos seis meses, para que haja uma tentativa de conciliação entre os estados.

Segundo Witzel, se o Supremo eventualmente revogar a liminar e manter a constitucionalidade da lei, o impacto financeiro nas contas fluminenses seria superior a R\$ 100 bilhões, “causando, portanto, a quebra do Estado”.

Nesta semana, ao decidirem manter a obrigatoriedade de os Estados produtores repassarem 25% dos royalties recebidos a todos os municípios de seu território, ministros da corte deram indícios de como devem votar quando o caso chegar ao plenário.

O ministro Edson Fachin, por exemplo, sustentou que os royalties são da União, cabendo ao governo federal a decisão sobre a melhor forma de distribuição. Já os ministros Luís Roberto Barroso, Dias Toffoli (presidente do tribunal) e Luiz Fux sinalizaram que os produtores também podem ser os “donos” da quantia.

A Petrobras e a União fecharam acordo de cessão onerosa em 2010 para que a estatal pudesse explorar de 5 bilhões de barris de petróleo em campos do pré-sal na Bacia de Santos. No entanto, diante da descoberta de que a área continha mais que o triplo do volume estabelecido em contrato, o governo decidiu leiloar esse excedente - a estimativa é a de que o certame renda R\$ 100 bilhões ao erário.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

Livre-se do incômodos do ronco graças a este novo dispositivo
SILENTSNORE

LINK PATROCINADO

O segredo para comprar no Aliexpress
MELIUZ

LINK PATROCINADO

O jogo mais viciante do ano!
FORGE OF EMPIRES - JOGO ONLINE GRÁTIS

LINK PATROCINADO

Estética e Cosmetologia
16X DE 244,00 - WPOS.COM.BR

LINK PATROCINADO

Casas de repouso em Salvador são mais baratas do que nunca
CASAS DE REPOUSO | LINKS PATROCINADOS

LINK PATROCINADO

Sandália Anabela Tamanho Grande Numeração Especial 41 42 43
R\$ 201,80 - DOMINIODAMODA.COM.BR

Mais do Valor Econômico

IBGE apresenta nova estrutura do IPCA a partir de 2020

Transporte passa alimentação como principal componente do indicador

Gasto discricionário pode subir para até R\$ 110 bi

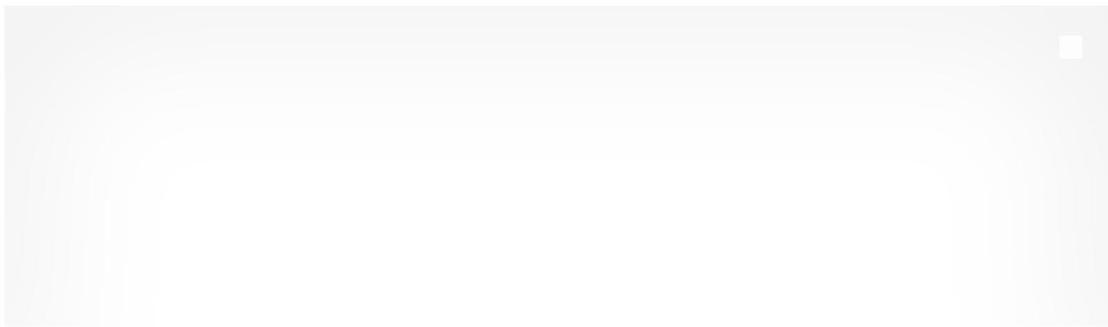
Medidas serão adotadas para elevar despesas não obrigatórias do Orçamento de 2020 em até R\$ 20 bilhões

Por Alex Ribeiro, Sergio Lamucci e Marta Watanabe — De São Paulo

11/10/2019 05h00 · Atualizado há 6 horas

O governo pretende enviar uma mensagem modificativa do Orçamento da União de 2020 para ampliar a até R\$ 110 bilhões o montante de despesas discricionárias, garantindo maior margem para cumprir o teto de gastos e eventualmente abrindo espaço para investimentos. Uma fonte graduada da área econômica diz que o espaço para as despesas discricionárias do governo, que hoje está em R\$ 89 bilhões, pode aumentar entre R\$ 10 bilhões e R\$ 20 bilhões, dependendo de ajustes que vão ser feitos em gastos orçados com pessoal e outras despesas.

As medidas para garantir o cumprimento do teto de gasto estão ganhando protagonismo na agenda legislativa do governo, em detrimento da reforma tributária. Além da mensagem para ajustar o Orçamento de 2020, a equipe econômica trabalha em duas outras frentes: o chamado pacto federativo e a reforma administrativa.



As estimativas para gastos com pessoal do Orçamento de 2020, enviado em agosto, foram feitas com base nos gastos nesta rubrica apurados neste ano, que estavam superestimados em R\$ 5,8 bilhões. Também deve haver uma economia em despesas com a suspensão de promoções e progressões no funcionalismo. Avalia-se ainda a junção de órgãos do governo.

Essa medida modificativa do Orçamento pode dar um pouco mais de conforto para o governo cumprir o teto de gastos no ano que vem. Estimativas da Instituição Fiscal Independente (IFI) mostram que o cumprimento desse dispositivo constitucional fica inviabilizado quando as despesas discricionárias caem abaixo de R\$ 75 bilhões.

Essa folga adicional no Orçamento dá um fôlego maior - em tese, até 2021 - para o governo trabalhar a sua agenda para retirar a rigidez das despesas públicas, que envolve a desindexação, desvinculação e desobrigação dos gastos públicos. Essa é a proposta que o ministro da Economia, Paulo Guedes, chama de pacto federativo, porque envolve maior repasse de recursos para os Estados e os municípios.

O governo está trabalhando no envio de uma reforma constitucional para avançar nessa agenda, que tenderia a ser tocada em conjunto com as modificações da "regra de ouro" levantadas no projeto do deputado Pedro Paulo (DEM-RJ), que cria mecanismos de disparo de gatilhos de contenção de despesas quando o governo se endivida para pagar despesas primárias.

A avaliação colhida pelo **Valor** na área econômica é que, hoje, há maior espaço de negociação com os parlamentares para as medidas de flexibilização de despesas orçamentárias depois que se chegou a um acordo para a divisão com Estados e municípios dos recursos a serem arrecadados nos leilões dos campos do petróleo. Ainda assim, ainda não há uma data definida para o envio das propostas do governo ao Congresso - que vão depender do andamento da reforma da Previdência Social.

A reforma administrativa, que permitirá reduzir gastos com o funcionalismo, já tem alguns pontos adiantados. Um deles é que o estágio probatório dos novos funcionários se estenda por dois anos, período em que eles atuariam como trainees e teriam o desempenho avaliado para contratação definitiva. Também é certa a adoção de um sistema com salários mais baixos no início da carreira, com progressões ao longo do tempo definidas por base em avaliação de desempenho.

O fim da estabilidade é um tema delicado. O presidente Jair Bolsonaro já avisou que, politicamente, esse é um assunto que ele não pretende enfrentar. A área econômica, porém, pretende retomar essa discussão mais adiante para se aplicar apenas aos novos funcionários.

Quanto ao repasse de mais verbas para Estados e municípios dentro do chamado pacto federativo, a proposta deverá incluir salvaguardas para evitar que os novos recursos sejam direcionados ao aumento de despesa obrigatórias pelos entes subnacionais.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Livre-se do incômodos do ronco graças a este novo dispositivo
SILENTSNORE

LINK PATROCINADO

O segredo para comprar no Aliexpress
MELIUZ

LINK PATROCINADO

Casas de repouso em Salvador são mais baratas do que nunca
CASAS DE REPOUSO | LINKS PATROCINADOS

LINK PATROCINADO

Guarda Municipal
16X DE 303,00 - WPOS.COM.BR

LINK PATROCINADO

Grelhe seus alimentos no fogão sem fumaça!
DESCONTALIA

Leilão termina sem áreas negociadas no Nordeste

Áreas ofertadas nas bacias de Camamu-Almada e Jacuípe estavam sub judice, por determinação da Justiça atendendo ação do MPF-BA

Por **Rodrigo Polito e André Ramalho** — Do Rio

11/10/2019 05h00 · Atualizado há 6 horas





Oddone, diretor-geral da ANP: áreas não arrematadas no leilão serão incluídas no sistema de oferta permanente da agência — Foto: Leo Pinheiro/Valor

Em meio à crise ambiental provocada pelo vazamento de óleo no litoral do Nordeste e sob protestos contra a inclusão de áreas com eventual risco de impacto no parque de Abrolhos, os blocos ofertados no Nordeste não atraíram o interesse dos participantes da 16ª Rodada de Licitações da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), ontem. Ao todo, foram oferecidos dez blocos nas bacias sedimentares de Camamu-Almada e Jacuípe, na Bahia, e na bacia de Pernambuco-Paraíba.

O diretor-geral da ANP, Décio Oddone, disse não ver relação entre o vazamento de petróleo e a estratégia das companhias no certame. “Não acredito que [o vazamento] tenha tido qualquer influência. É um evento absolutamente isolado, sem qualquer relação com as atividades de petróleo conduzidas no Brasil e na decisão das empresas de fazer ofertas no leilão”.

PUBLICIDADE

O ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, concordou com Oddone e acrescentou que a origem do vazamento, ainda desconhecida, tem sido investigada desde o início de setembro. “Acredito que em uma questão de tempo chegaremos a origem desse vazamento de óleo”, disse o ministro, explicando que o produto tem características semelhantes ao petróleo extraído da Venezuela.

Com relação aos blocos das bacias de Camamu-Almada e Jacuípe, as áreas ofertadas estavam sub judice, por determinação da Justiça, devido a uma ação movida pelo Ministério Público Federal na Bahia contra a licitação desses ativos. A alegação do órgão é de que os blocos estão localizados próximos do parque de Abrolhos, alvo de preservação ambiental.

Para Anderson Dutra, sócio da área de Energia e Recursos Naturais da KPMG, a ausência de ofertas no Nordeste não é apenas reflexo da judicialização do leilão. Segundo ele, a falta de grandes descobertas na região e o mecanismo de oferta permanente da ANP também contribuíram para a falta de interesse nessas áreas na rodada de ontem.

A visão de Dutra é corroborada por Marcelo de Assis, chefe de pesquisa na área de Exploração e Produção da Wood Mackenzie na América Latina. “Os blocos explorados na região nunca tiveram resultados promissores. Associado à judicialização da oferta, isso ajudou a tirar qualquer interesse”.

O ministro Albuquerque, no entanto, disse que o leilão foi feito de acordo com o ordenamento jurídico, com a participação de todas as instituições, inclusive do Ibama. “Acredito que estamos cumprindo todas as normas”.

Com relação às questões ambientais, o secretário executivo de Exploração e Produção do Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (IBP), Antonio Guimarães, destacou ser importante que as empresas tenham alguma previsibilidade sobre o licenciamento dos blocos. “Talvez seja preciso olhar o

formato de como esses blocos são oferecidos, com algum tipo de pré-análise ambiental, para que dê conforto para o investidor”.

Também chamou a atenção no leilão o fato de apenas duas das onze áreas ofertadas na bacia de Santos terem atraído o interesse das companhias. O diretor-geral da ANP, entretanto, minimizou o baixo percentual de lances na região.

“Estamos ficando mal acostumados. Acabamos de sair do leilão mais exitoso da história das concessões e o comentário é de que as ofertas ficaram aquém do esperado? Não posso concordar com isso. O leilão é um conjunto. Não podemos esperar que, em todos os blocos, em todas as bacias, os resultados sejam recordes. O que já conseguimos no Brasil é extraordinário”, disse ele.

De acordo com Oddone, todas as áreas não arrematadas no leilão serão incluídas no sistema de oferta permanente da ANP.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Livre-se do incômodos do ronco graças a este novo dispositivo
SILENTSNORE

LINK PATROCINADO

O segredo para comprar no Aliexpress
MELIUZ

LINK PATROCINADO

Casas de repouso em Salvador são mais baratas do que nunca
CASAS DE REPOUSO | LINKS PATROCINADOS

LINK PATROCINADO

Estética e Cosmetologia
16X DE 244,00 - WPOS.COM.BR

LINK PATROCINADO

Grelhe seus alimentos no fogão sem fumaça!
DESCONTALIA

Para garantir megaleilão, Guedes faz promessas ao TCU de recuperar PPSA

Governo deve mais de R\$ 100 milhões à estatal e quase foi impedido de assinar novos contratos de partilha, incluindo os da cessão onerosa

Por Murillo Camarotto — De Brasília

11/10/2019 05h00 · Atualizado há 6 horas

A precária situação da Petróleo Pré-Sal SA (PPSA) ameaçou a realização do megaleilão de excedentes da cessão onerosa. Para salvar o certame, marcado para 6 de novembro, o ministro da Economia, Paulo Guedes, teve que prometer ao Tribunal de Contas da União (TCU) que irá estruturar a estatal dentro de 180 dias.

Criada em 2013 com o papel de representar os interesses da União nos contratos de partilha de petróleo e gás do pré-sal, a PPSA carece de recursos e de pessoal. De acordo com relatório do TCU, o governo não vem repassando à empresa os aportes previstos em lei. A dívida atual é de R\$ 110 milhões e deverá crescer.

De acordo com o documento, a PPSA não dispõe dos recursos suficientes para dar “condições mínimas de segurança para que o governo assuma novos compromissos, em nome da União, mediante a assinatura de contratos de partilha de produção”.

Por causa disso, a área técnica do tribunal chegou a sugerir que o governo ficasse impedido de assinar novos contratos de partilha - incluindo os da cessão onerosa - até que a situação da empresa fosse saneada. Guedes e o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, tiveram que negociar com todos os ministros do TCU para conseguirem uma flexibilização. Agora, terão seis meses para colocar a PPSA em pé.

Entre as medidas consideradas indispensáveis para a estruturação da empresa está um repasse de pelo menos R\$ 188 milhões. Desse montante, R\$ 156 milhões são referentes às parcelas devidas à PPSA pelos leilões da 4ª, 5ª e 6ª rodadas de partilha. O restante trata dos excedentes da cessão onerosa (R\$ 29 milhões) e de um pequeno reajuste no contrato da estatal com o Ministério de Minas e Energia.

Os valores ficam pequenos quando comparados aos montantes movimentados pelos leilões. Levantamento dos auditores do tribunal mostra que o valor arrecadado pela União com esses leilões é 500 vezes maior do que a fatia à que a PPSA tem direito. Mesmo assim, o governo está inadimplente com a estatal.

Além dos pagamentos, o TCU mencionou a necessidade de contratação de serviços de apoio administrativo, técnico e operacional para as áreas de engenharia de poços, de acompanhamento e controle de produção, de comercialização de petróleo e gás natural e de auxílio às gerências-executivas dos contratos de partilha de produção e acordos de individualização da produção.

Deve haver ainda a disponibilização de 23 cargos de livre nomeação até que se concretize um plano de cargos e salários. Em seguida, a solicitação é de que seja aberto concurso para o estabelecimento de um quadro próprio de empregados na companhia.

“Considerando a importância da PPSA na gestão dos contratos de partilha e o plexo (conjunto) de atribuições que lhe foram legalmente atribuídas, ou bem o governo dota a empresa dos meios necessários para atuar em defesa dos interesses da União, ou bem altera a lei para simplificar o modelo de partilha em ordem a torná-lo mais simples e menos oneroso”, alegaram os técnicos do TCU.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

Livre-se do incômodos do ronco graças a este novo dispositivo
SILENTSNORE

LINK PATROCINADO

O segredo para comprar no Aliexpress
MELIUZ

LINK PATROCINADO

O jogo mais viciante do ano!
FORGE OF EMPIRES - JOGO ONLINE GRÁTIS

LINK PATROCINADO

Guarda Municipal
16X DE 303,00 - WPOS.COM.BR

LINK PATROCINADO

Grelhe seus alimentos no fogão sem fumaça!
DESCONTALIA

LINK PATROCINADO

Sandália Anabela Tamanho Grande Numeração Especial 41 42 43
R\$ 201,80 - DOMINIODAMODA.COM.BR

Mais do Valor Econômico

Manchas de óleo atingem três praias de Salvador

O petróleo cru, popularmente conhecido por piche, foi encontrado em Piatã, Stella Maris e Itapuã

Previdência reforça exigência de reforma administrativa

Avaliação do governo é que sistemática atual das carreiras do setor público faz muitos servidores chegarem ao topo salarial rapidamente

Por Fabio Graner — De Brasília

11/10/2019 05h00 · Atualizado há 6 horas

As novas regras da Previdência, em vias de serem aprovadas pelo Congresso, reforçam a necessidade e urgência de uma reforma administrativa, segundo avaliações internas do governo. O argumento é que, na sistemática atual das carreiras do setor público, muitos servidores rapidamente chegam ao topo salarial. Com a reforma da Previdência, estes devem se aposentar mais tarde, com 65 anos. Se as regras de promoção não forem revistas, os funcionários públicos ficarão muito mais tempo recebendo o teto de suas carreiras.

Além de impor um elevado custo salarial para a União por mais tempo, esse quadro tende a desestimular a já baixa produtividade do serviço público. Afinal, chegando ao topo salarial ainda no meio da carreira, a tendência é que as pessoas se acomodem. “A situação já era grave com as pessoas se aposentando cedo, aos 52, 55 anos, agora aumenta a urgência porque o servidor poderá ficar mais de 20 anos recebendo o maior salário”, diz uma fonte.



Esse é um dos fatores que reforçam a opção do governo por enviar ao Congresso medidas como a elevação da distância entre salários iniciais e finais dos servidores e maior prazo para progressões dentro das diversas carreiras.

O governo enxerga a rápida ascensão salarial dos servidores, que hoje levam entre dez e 15 anos para atingir o pico salarial, com uma verdadeira “disfunção”. Além da velocidade, existe o problema de que esse processo de promoção pouco segue critérios realmente de mérito. “Todo mundo chega de forma inercial no topo da carreira, não precisa se empenhar para isso”, comenta a fonte. “Hoje, menos de 4% dos servidores estão em carreiras com amplitude de 30 anos [entre salário inicial e final]”.

O Banco Mundial divulgou estudo com uma radiografia sobre a folha de pagamentos do setor público, mostrando entre outras coisas os excessos remuneratórios e promoções sem mérito. O governo fez estudo próprio que chegou a conclusões semelhantes, inclusive sobre o fato de que o grande volume de aposentadorias de funcionários previsto representa uma janela de oportunidade para mudar o sistema atual.

A fonte explica que a reforma da Previdência também afeta esse quadro, ao fomentar uma antecipação de aposentadorias. Neste ano, até agosto, mais de 28 mil requisitaram a inatividade, número quase 50% superior ao verificado em todo o ano de 2018 e marca recorde da série. Ou seja, a janela para a reforma administrativa está sendo antecipada.

Para o governo, além do diagnóstico sobre remuneração e promoções, o grande problema é a enorme multiplicidade de planos, carreiras e cargos, com muita fragmentação e sobreposição. Além disso, são muitas as carreiras que fazem a mesma coisa em órgãos diferentes, recebendo remunerações diferentes, sem

mobilidade dentro da administração federal. Na contabilidade do governo, são 117 carreiras. “É absolutamente inadmissível”, diz a fonte.

Assim, o governo quer, na reforma, extinguir carreiras de nível auxiliar e priorizar as nível superior, mas reduzindo drasticamente a quantidade delas. A intenção é criar carreiras que possam atender qualquer ministério, a partir de uma gestão da folha de pagamentos mais eficiente, que identifique as necessidades de cada momento.

A equipe econômica estuda modelos como a possibilidade de entrada em meio de carreira (“entrada lateral”), como já propôs o Banco Mundial. Não é tão simples, explica a fonte, mas o caminho está sendo estudado como forma de atrair trabalhadores qualificados do setor privado sem que se tenha que reiniciar no serviço público.

As mudanças podem ser feitas por projeto de lei ou por lei complementar, caso o governo opte politicamente por também contemplar os Estados na reforma administrativa, decisão que ainda não está tomada.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Livre-se do incômodos do ronco graças a este novo dispositivo

SILENTSNORE

LINK PATROCINADO

O segredo para comprar no Aliexpress

MELIUZ

LINK PATROCINADO

O jogo mais viciante do ano!

FORGE OF EMPIRES - JOGO ONLINE GRÁTIS

LINK PATROCINADO

Análise do Comportamento Aplicada ao Autismo - ABA

16X DE 244,00 - WPOS.COM.BR

LINK PATROCINADO

Grelhe seus alimentos no fogão sem fumaça!

FOLHA DE S.PAULO



Governo quer travar salário de servidor de entes que gastam muito com folha, diz Guedes

Ministro afirmou que funcionários públicos tiveram reajustes acima da inflação nos últimos anos

10.out.2019 às 12h22

Atualizado: 10.out.2019 às 13h02

 EDIÇÃO IMPRESSA (<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/fac-simile/2019/10/11/>)

Ivan Martínez-Vargas

Eduardo Cucolo

SÃO PAULO [O ministro Paulo Guedes \(https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/10/guedes-diz-que-brasil-sai-da-clinica-de-reabilitacao-enquanto-mundo-desacelera.shtml\)](https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/10/guedes-diz-que-brasil-sai-da-clinica-de-reabilitacao-enquanto-mundo-desacelera.shtml) afirmou nesta quinta-feira (10) que o governo estuda travar reajustes de funcionários públicos (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/10/reforma-administrativa-avalia-efetivar-novo-servidor-depois-de-ele-ser-traineo.shtml>) em entes federativos que gastem mais de 80% com folha de pagamento.

Segundo ele, o governo deverá enviar uma reforma administrativa ao Congresso.

O ministro afirmou que os servidores públicos tiveram reajustes de salário acima da inflação nos últimos anos. “Tiveram tanto aumento, está na hora de dar uma descansadinha”.

Assinado com Folha de S.Paulo

Gerenciar



Ministro afirma que governo estuda travar reajustes de servidores - Sergio Moraes - 13.set.2019/Reuters

“Enquanto o Brasil afundava, o salário do servidor público estava subindo. Foram 50% de aumento real em dez anos. Tudo isso porque a máquina gasta muito e gasta mal porque gasta consigo mesma, com privilégios, aposentadorias”, disse.

“Será que é hora de travar os salários por um ou dois anos? Estamos redesenhando isso em uma reforma administrativa e vamos mudar o plano de carreira”, afirmou.

“E se [algum ente federativo] estiver quebrando alguma regra de responsabilidade fiscal? O que acontece? Será que trava os salários durante um ou dois anos até se reenquadrar quem já está gastando 80%, 90% de tudo o que recebe? Será que é hora então de disparar algum gatilho que trava esses salários por um ou dois anos até ele começar a explicar o que ele está fazendo? Estamos redesenhando isso em uma reforma administrativa e vamos mudar o plano de carreira”, afirmou.

Assinado com Folha de S.Paulo

Gerenciar

O gasto público, de acordo com Guedes, minou a capacidade de investimento do país. “O Brasil já investiu 25% do PIB e isso foi caindo. Hoje setor público investe 1,5% do PIB porque gasta muito e mal.”

NÃO TEM PLANO B, DIZ BOLSONARO

O presidente Jair Bolsonaro fez nesta quinta um gesto para prestigiar o seu ministro da Economia, durante discurso a uma plateia de investidores do Brasil e do exterior.

“Paulo Guedes é mais do que um ministro da Economia, ele acumulou quatro ministérios”, afirmou.

Disse depois que queria elogiar a capa do jornal O Estado de S. Paulo do último domingo, que trazia uma entrevista com o próprio Bolsonaro elogiando Guedes.

“A economia é 100% com o Guedes e não tem plano B”, afirmou o presidente lendo o jornal no palco em que também estava presente do ministro da Economia e sendo aplaudido.

“As críticas que sofri no passado como estatizante, em parte com razão, nossa formação militar não leva para essa linha? Mas ao conhecer o economista Paulo Guedes, ele rapidamente me convenceu.”

sua assinatura pode valer ainda mais

Você já conhece as vantagens de ser assinante da Folha? Além de ter acesso a reportagens e colunas, você conta com newsletters exclusivas ([conheça aqui](https://login.folha.com.br/newsletter) (<https://login.folha.com.br/newsletter>)). Também pode baixar nosso aplicativo gratuito na [Apple Store](https://apps.apple.com/br/app/folha-de-s-paulo/id943058711) (<https://apps.apple.com/br/app/folha-de-s-paulo/id943058711>) ou na [Google Play](https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.folha.app&hl=pt_BR) (https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.folha.app&hl=pt_BR) para receber alertas das principais notícias do dia. A sua assinatura nos ajuda a fazer um jornalismo independente e de qualidade. Obrigado!

Assinado com Folha de S.Paulo

[Gerenciar](#)

FOLHA DE S.PAULO



Reforma administrativa avalia efetivar novo servidor depois de ele ser trainee

Além desse cargo inicial, cogita-se a criação do servidor temporário e do sem estabilidade

10.out.2019 às 2h00

Atualizado: 10.out.2019 às 12h58



EDIÇÃO IMPRESSA (<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/fac-simile/2019/10/10/>)  ERRAMOS

Bruna Narcizo

SÃO PAULO Dentro da proposta de reforma administrativa

(<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/10/banco-mundial-recomenda-que-brasil-limite-salario-de-servidor-e-reduza-contratacoes.shtml>), que está sendo preparada pelo governo federal para

reorganizar carreiras, a equipe econômica avalia criar um cargo de ingresso — uma espécie de trainee. Pelo projeto, o novo servidor

(<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/10/reforma-do-estado-sera-bombardeada-pelos-que-ganham-mais.shtml>)

só seria efetivado se cumprisse critérios de bom desempenho nessa fase inicial, que teria dois anos.

A proposta é que a regra também seja válida para o ingresso de juízes e promotores.

Segundo integrantes do governo que defendem a reestruturação do serviço público (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/10/banco-mundial-recomenda-que-brasil-limite-salario-de-servidor-e-reduza-contratacoes.shtml>), o cargo não seria chamado de trainee na

Constituição. Está em análise a escolha de uma denominação que possa definir o espírito da nova função, que seria um contrato de trabalho separado, sem vínculo.

Atualmente, a Constituição prevê um estágio probatório de três anos para o ingresso no serviço público federal, que vale também para juízes e promotores. Em tese, o período seria utilizado para avaliar na prática as competências de quem passou no concurso público, e a contratação poderia não ocorrer.

Na prática, porém, todo servidor é efetivado automaticamente ao final do estágio probatório.

A medida em análise, cria uma trava ao ingresso automático. O servidor terá um contrato de trabalho limitado (temporário), que acaba ao final do período de experiência. O contrato efetivo será assinado apenas se o trainee cumprir um conjunto de critérios que serão adotados para definir o que é bom desempenho.

O programa em estudo é inspirado em estágios de empresas privadas e terá acompanhamento e avaliações periódicas. Para reforçar a validade da nova exigência e incentivar a concorrência, a proposta trabalha com perspectiva de que número de cargos abertos deve ser sempre inferior aos de trainees.

O texto final ainda precisa passar pelo crivo do ministro Paulo Guedes (Economia) (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/10/guedes-avalia-compensar-desoneracao-com-iva-maior-e-fim-de-beneficios-tributarios.shtml>). Depois, seguirá para a Casa Civil.



Paulo Guedes (Economia) durante audiência deputados da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) - Gustavo Ranieri/ASCOM

Além do trainee, a equipe responsável pelo projeto no Ministério da Economia estuda a fixação de outras categorias dentro do serviço público federal (<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/rafael-munoz/2019/10/gestao-de-pessoas-e-folha-de-pagamentos-no-setor-publico-brasileiro-o-que-os-dados-dizem.shtml>). Estão em análise mais quatro cargos, mas ainda não se sabe quais e quantos serão incluídos no projeto.

A meta é concluir os trabalhos ainda nesta semana.

Hoje existem dois tipos de servidores, os comissionados e os com estabilidade.

Um dos novos cargos em análise tem sido chamado de servidor temporário. A descrição da função foi inspirada em um modelo que já existe no Exército brasileiro —o militar temporário, que não segue carreira e pode permanecer até oito anos na posição.

Também estuda-se a criação do cargo de servidor sem estabilidade e reformulações no serviço com estabilidade.

Está em análise retirar a estabilidade de funções operacionais mais simples.

Secretárias, responsáveis por serviços de recursos humanos, assistentes de TI (Tecnologia da Informação) e equipes de limpeza são exemplos de funções que perderiam a estabilidade, com possibilidade de demissão sem justa causa dentro de dois critérios: em caso de restrição orçamentária da União ou quando a função deixar de ser desempenhada pelo Estado.

Quem já é servidor público e tem estabilidade

(<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/05/na-criese-so-salario-de-servidor-cresce-e-distancia-para-setor-privado-e-recorde.shtml>), bem como os novos servidores nessa categoria não poderiam ser demitidos sem justa causa.

A estabilidade é considerada pelos formuladores da reforma como um direito adquirido, presente nas cláusulas pétreas da Constituição.

O artigo 169 da Constituição prevê que a demissão só pode ocorrer se houver estouro da despesa com pessoal, algo quase impossível pela natureza do orçamento (o limite de despesa de pessoal da União, pela LRF, é de 50% da receita corrente líquida, muito fácil de cumprir. Hoje, por exemplo, está em 30%).

Na prática, então, nunca atinge os gatilhos exigidos pelo artigo. O artigo 169 ainda prevê que, em caso desse impossível acontecer, primeiro devem ser eliminados cargos de confiança e comissionados – algo impossível de se aplicar na prática.

Há outro problema: a lei federal que regulamenta as normas estabeleceu ainda uma sequência para demissão dos servidores. Primeiro, demite-se recém contratados, professores, fiscais antes de se chegar ao servidor federal de carreira administrativa, que seria o primeiro alvo porque geralmente esse é o acomodado que produz pouco.

A medida em análise “universaliza” a demissão estabelecendo novos critérios para o gatilho, como desrespeito da regra de ouro ou estouro do teto.

Na proposta em estudo, no entanto, tanto os novos quanto os antigos servidores (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/10/reforma-do-estado-sera-bombardeada-pelos-que-ganham-mais.shtml>) poderiam ter horários e salários reduzidos, proporcionalmente, em caso de crise fiscal.

Um exemplo: auditores fiscais e do trabalho são funções, dentro da proposta do governo, que preservariam a estabilidade.

No entanto, esses profissionais poderiam ter os seus vencimentos reduzidos, juntamente com a jornada de trabalho, se o governo federal sofrer problemas orçamentários que limitem a sua capacidade financeira.

Por fim, o quinto cargo em análise são os comissionados, que continuam a seguir as regras já em vigor. Na maioria das vezes, o servidor comissionado é empossado mediante uma indicação política e não possui estabilidade.

A equipe responsável pela formulação dessa reforma tem a expectativa de que o pacote de novas regras possa ser adotado também por estados e municípios.

O projeto deve ser apresentado para o Congresso logo após a aprovação da reforma da Previdência, na mesma semana ou na seguinte. Já as leis que regulamentam a reforma administrativa, devem ser votadas no final de abril de 2020.

Em setembro, a **Folha** apresentou outras diretrizes que o governo pretende incluir no pacote que será enviado ao Congresso (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/09/reforma-administrativa-preve-fim-da-estabilidade-de-servidor.shtml>).

Entre as mudanças, está o corte do total de carreiras para algo entre 20 e 30, número que ainda passa por avaliação. Hoje, são 117 carreiras que abrigam mais de 2.000 cargos.

Também está em estudo a reestruturação do sistema de remuneração e de promoções. O objetivo é fazer com que os rendimentos dos servidores fiquem mais próximos aos praticados pelo setor privado.

Veículo: G1	
Data: 10/10/2019	Caderno: Economia



Pacto federativo pode permitir congelamento de salário de servidores, diz Guedes

Segundo ministro da Economia, salários do funcionalismo público subiram 50% em termos reais nos últimos 10 anos. Ele também lamentou rejeição à criação de imposto nos moldes da CPMF.

Por Luísa Melo, G1

10/10/2019 12h57 Atualizado há 20 horas

O ministro da Economia, **Paulo Guedes**, disse nesta quinta-feira (10) que o governo estuda encaminhar ao Congresso, dentro do pacto federativo, a possibilidade de congelamento de salários de servidores públicos de entes federativos (estados, municípios e a própria União) por algum tempo.

- **Guedes diz que economia mundial desacelera enquanto 'Brasil faz o contrário'**

Segundo ele, os salários do funcionalismo público subiram 50% em termos reais nos últimos 10 anos, enquanto o Brasil “afundava” em uma crise e os investimentos “desabavam”.

Guedes disse que, dentro do pacto federativo, será proposta a criação do Conselho Fiscal da República, que reunirá a cada três meses “todo mundo que tem capacidade de atingir com suas decisões o orçamento público” para discutir a situação fiscal dos estados e da União.

“E se [algum ente federativo] estiver quebrando alguma regra de responsabilidade fiscal, o que acontece? Será que trava os salários agora, por 1 ou 2 anos, até se reenquadrar? Porque ele já está gastando 80, 90% de tudo o que recebe [com folha de pagamentos]”.

O ministro disse que a proposta será enviada em breve ao Congresso, após a aprovação da reforma da Previdência. “Entra com o pacto federativo pelo Senado entra com um pedaço da reforma tributária pela Câmara”.

Reformas

Guedes disse que o governo vai trabalhar para conciliar sua proposta de reforma tributária com a da Câmara e disse ter consciência de que ela é “importantíssima”, mas que as discussões não podem ser aceleradas para que não acabe “mal feita”.

O ministro lamentou a **má aceitação da proposta de se criar um novo imposto sobre pagamentos**, aos moldes da antiga **CPMF**, e disse que esse tributo seria criado para substituir outro que é "cruel", o que incide sobre a folha de pagamentos.

"Impostos sobre mão de obra são cruéis", afirmou. "Quando falamos um tempo atrás em cobrar imposto sobre transações, era trocar o cruel pelo feio. Mas não há clima. Apresentamos e não gostaram." E completou: "Proponham os senhores uma alternativa para desonerar a folha".

Veículo: O Globo	Online
Data: 11/10/2019	Coluna: Economia



Entra em pauta a reforma do funcionalismo

Estudo retrata distorções, como o fato de o servidor receber o dobro do salário pago no setor privado

Em uma crise financeira do Estado, sem espaço para a obtenção demais receitas, é evidente que se devem examinar os maiores itens das despesas, para contê-las e cortá-las. O Brasil segue este caminho óbvio ao reformara Previdência, projeto que necessita ser aprovado pela segunda vez no Senado para ser sancionado. Trata-se do mais robusto item do Orçamento da União, uma despesa este ano de mais de R\$ 700 bilhões, um cenário que se repete no resto da Federação. Aposentadorias e pensões são despesas maiores que os gastos com educação e saúde, e não param de aumentar.

À medida que o problema é equacionado—o que não quer dizer que não serão necessárias futuras reformas —, ganha peso na agenda do governo o segundo maior item de despesa da União, o gasto com o funcionalismo, mais de R\$ 300 bilhões por ano. Também aumenta de forma vegetativa, movido por um aparato de normas corporativas que fazem subir salários apenas pelo tempo de carreira do funcionário. É o que a demografia provoca na Previdência. Previdência e funcionalismo são uma conta de R\$ 1 trilhão que cresce por força própria, independentemente da vontade de governos e da sociedade. Algo, é claro, que não pode dar certo. Eis por que as reformas são imprescindíveis. Estudo divulgado quarta-feira pelo Banco Mundial contribui para reforçara importância da reforma administrativa, que inclui afolha de pessoal do poder público e a estrutura de cargos e salários. “Gestão de pessoas e folhas de pagamentos no setor público brasileiro: o que dizem os dados?” contribui para iluminar este universo obscuro da burocracia estatal.

Corporações do funcionalismo costumam se defender com o argumento de que o Brasil não chega a ter servidores em excesso —1,1 milhão na área federal. Mas o problema maior é a falta de organicidade na administração de pessoal, que faz com que, de 2007 a 2017, afolha total do funcionalismo da Federação tenha crescido 48% acima da inflação e represente 10% do PIB. Deve refletir o ciclo de benesses distribuídas pelos governos do PT aos servidores, mas não só eles.

Mesmo que não houvesse uma crise fiscal, o universo do funcionalismo teria de ser reformado. Segundo o Banco Mundial, o servidor federal ganha quase o dobro do salário pago para função idêntica no setor privado; há 300 cargos na máquina pública federal brasileira, 14 na Inglaterra, 27 no Canadá e 18 em Portugal. São indicadores das disfunções na burocracia estatal.

Falta o prêmio ao mérito. Quando bônus são distribuídos, todos recebem. Em alguns casos, também os aposentados. Os salários iniciais dos servidores são muito elevados, o que os leva a atingir o topo em pouco tempo. Por isso, se os salários iniciais fossem reduzidos a no máximo R\$ 5 mil, por hipótese, e houvesse uma redução no tempo de progressão das carreiras, o Banco Mundial calcula que seriam economizados R\$ 104 bilhões até 2030. Esta é uma reforma com justificativa dupla: mais eficiência no atendimento à população e menos gastos.

Veículo: O Globo	Online
Data: 11/10/2019	Coluna: Economia

O GLOBO

Junção de tributos pode elevar preços, alertam empresas

Setor de serviços quer apresentar ao governo alternativas à unificação de PIS e Cofins, prevista em propostas atualmente no Congresso

O setor de serviços, que representa dois terços do Produto Interno Bruto (PIB) e 75% dos empregos do país, apresentará ao governo federal e ao Congresso alternativas à proposta de unificação do PIS e da Cofins, prevista em projetos já em análise na Câmara e no Senado. As alternativas visariam evitar um aumento da carga tributária para o segmento, com impacto no bolso dos consumidores.

Ontem, representantes de diversos segmentos do setor de serviços se reuniram na Associação Comercial de São Paulo (AC SP) para discutir a questão. A avaliação é que as propostas de reforma tributária hoje em discussão vão aumentar a carga de impostos, e a consequência será a alta nos preços de serviços como educação privada, convênios médicos, celular, internet, TV a cabo e até casa própria.

O PIS e a Cofins são impostos federais, cobrados com base na receita das empresas. Segundo o presidente da ACSP, Alfredo Cotait Neto, é preciso discutir os efeitos da unificação desses tributos.

Alguns segmentos fizeram as contas. A federação de escolas particulares calcula um aumento de 20% nas mensalidades. No setor de vigilância, haveria alta de 15% em São Paulo. E, no segmento de Saúde, cálculos preliminares apontam salto de até 200% na cadeia de custos. O ex-secretário da Receita Federal e consultor tributário Everardo Maciel, que participou do encontro, defende aprofundar os estudos sobre os custos que as propostas de reforma tributária terão para a economia. Segundo ele, a unificação de vários tributos no chamado Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), como prevê a proposta que está na Câmara, pode elevar a carga das pessoas jurídicas de 8,03% para algo em torno de 25%.

Para Emerson Casali, diretor executivo da C BPI Produtividade Institucional, que assessorava o setor de serviços nas discussões, há disposição de levar propostas mais técnicas ao governo e ao Congresso. Uma ideia em estudo é que, em vez de uma alíquota unificada para PIS/Cofins, houvesse três: 6%, 10% e 13%.